

TEMER



O ano de 2016 tem sido marcado pela intensa discussão política e os debates acirrados sobre os problemas e soluções para que o Brasil possa sair da incômoda situação em que se colocou e domina quase todas as conversas do nosso dia a dia.

O mercado financeiro como de costume, traduz nos preços de seus ativos a expectativa futura dos acontecimentos e evidencia que a ruptura do atual Governo é a melhor solução para que o país possa retornar ao caminho do crescimento sustentável que parece ter se perdido.

Com a proximidade do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, a tendência é que o mercado fique ainda mais binário e a votação no Congresso assuma características de dia D para a economia.

As chances crescentes da aprovação do impeachment foram rapidamente precificadas e é bastante relevante entendermos o que esperar de um eventual Governo Temer e porque o mercado se anima tanto com essa possibilidade.

É de se imaginar que as diretrizes do Governo Temer sigam as propostas do documento *Uma Ponte para o Futuro*, divulgado em Outubro passado pela Fundação Ulysses Guimarães e que contou com a colaboração de diferentes pensadores econômicos brasileiros.

Desta forma, mesmo considerando a dificuldade que será a implementação desta agenda, é muito importante que a sociedade brasileira discuta seus principais pontos.

Colocaremos a seguir um resumo do documento que certamente estará nos holofotes caso o Vice-Presidente assumo o Governo.

O primeiro passo para a solução de um problema é o diagnóstico correto do mesmo. O documento proposto pelo PMDB começa de maneira bastante animadora:

"O Estado brasileiro vive uma severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015, e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB, e deve continuar a se elevar, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa..."

Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais. Esta é uma questão prévia, sem cuja solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. Nenhuma visão ideológica pode mudar isto."

Sobre o desequilíbrio fiscal, o documento deixa claro que o esforço não pode mais vir pelo lado das receitas e sim com mudanças estruturais no lado das despesas públicas:

"Qualquer ajuste de longo prazo deveria, em princípio, evitar aumento de impostos, salvo em situação de extrema emergência e com amplo consentimento social. A carga tributária brasileira é muito alta e cresceu muito nos últimos 25 anos. Em 1985, data da redemocratização, os impostos representavam 24% do PIB. Neste mesmo ano, nos Estados Unidos, a carga tributária era de 26%, um pouco acima da nossa. Na Alemanha, era de 36% e na Inglaterra, 38%. Em 2013, nossa carga tinha saltado para 36% do PIB, enquanto nos Estados Unidos ela baixara para 25%, na Alemanha subira para apenas 37% e na Inglaterra, caiu para 33%. Ou seja, todos os países relevantes e bem-sucedidos mantiveram ou mesmo baixaram os impostos em relação à renda, enquanto o Brasil aumentou os impostos cobrados da sociedade em 50%. A Coreia tem hoje uma carga de 24% e o México, 20%. Isto mostra que chegamos claramente a um limite para a cobrança de impostos. Taxar mais as famílias e as empresas, transferindo seus recursos para o Estado, parece ser algo disfuncional e danoso para a capacidade de competição do nosso setor produtivo..."

O crescimento automático das despesas não pode continuar entronizado na lei e na Constituição, sem o que o desequilíbrio fiscal se tornará o modo padrão de funcionamento do Estado brasileiro...

A conclusão inevitável a que se chega é que os principais ingredientes da crise fiscal são estruturais e de longo prazo. De um lado, a falta de espaço para aumento das receitas públicas através da elevação da carga tributária, de outro, a rigidez institucional que torna o orçamento público uma fonte permanente de desequilíbrio”

Com o diagnóstico correto, o documento vai além e propõe medidas práticas para atacar nosso arcabouço fiscal:

“Se quisermos atingir o equilíbrio das contas públicas, sem aumento de impostos, não há outra saída a não ser devolver ao orçamento anual a sua autonomia. A cada ano a sociedade e o parlamento elegem suas prioridades, conforme os recursos e as necessidades. Se houver erro, poderá ser corrigido no ano seguinte e não perdurar para sempre. Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas...

Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo...

Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais...

Em contrapartida a este novo regime, novas legislações procurarão exterminar de vez os resíduos de indexação de contratos no mundo privado e no setor financeiro...

A terceira regra nova do orçamento é a ideia de “orçamento com base zero”, que significa que a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios...

Para coroar este novo regime, vamos propor que o equilíbrio fiscal de longo prazo seja um dos princípios constitucionais que deve obrigar a Administração Pública, aprovando-se uma lei complementar de responsabilidade orçamentária em termos que tornem possível à adaptação a circunstâncias excepcionais...”

Além de uma ampla Reforma Fiscal, o documento também discute a questão previdenciária, com uma visão bastante objetiva e medidas concretas.

"As causas destes problemas são simples: as pessoas estão vivendo mais e as taxas de novos entrantes na população ativa são cada vez menores. A solução parece simples, do ponto de vista puramente técnico: é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados. Não é uma escolha, mas um ditame da evolução demográfica e do limite de impostos que a sociedade concorda em pagar..."

O Brasil gasta 12% do PIB com os seus regimes de previdência, mais do que o dobro do que gastam os Estados Unidos, o Japão e a China, e quase a mesma coisa que países com populações muito mais velhas do que a nossa, como Alemanha e França. A situação é insustentável, pois o país tem jovens para atender, tem problemas de assistência de saúde, de educação, de segurança..."

Preservando os direitos adquiridos e tratando com respeito as expectativas de quem ainda está no mercado de trabalho e já se aproxima do acesso ao benefício, é preciso introduzir, mesmo que progressivamente, uma idade mínima que não seja inferior a 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com previsão de nova escalada futura dependendo dos dados demográficos..."

Além disso, é indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo. O salário mínimo não é um indexador de rendas, mas um instrumento próprio do mercado de trabalho."

E para concluir, propõe uma agenda de desenvolvimento:

" Para o Brasil, o tripé de qualquer ajuste duradouro consiste na redução estrutural das despesas públicas, na diminuição do custo da dívida pública e no crescimento do PIB... Temos que viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário..."

O Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias...

Devemos nos preparar rapidamente para uma abertura comercial que torne nosso setor produtivo mais competitivo, graças ao acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados...

A globalização é o destino das economias que pretendem crescer.”

Seria ingenuidade imaginar que um mandato de 2,5 anos não eleito conseguirá enfrentar as delicadas questões tratadas acima. Contudo, é muito importante que esta discussão entre na pauta e que a sociedade decida e cobre dos parlamentares o país que queremos ter no futuro, que desta vez é bem mais próximo do que se imagina, mesmo que isto implique mexer no seu próprio pedaço do bolo.

As informações contidas neste material são de caráter meramente informativo e não constituem promessa de rentabilidade, bem como não se trata de qualquer tipo de aconselhamento para a realização de investimento, não devendo ser utilizadas com este propósito, nem entendidas como tal, inclusive em qualquer localidade ou jurisdição em que tal oferta, solicitação ou venda possa ser contra lei.

Os dados aqui apresentados foram obtidos ou baseados em fontes consideradas confiáveis, mas que não foram verificadas de forma independente e, portanto, não aceitamos nenhuma responsabilidade pela sua precisão e/ou integridade. A ATIVA Investimentos não garante que tais dados sejam precisos ou completos, nem poderá ser responsabilizada por quaisquer perdas diretas advindas do aqui contido. Desempenho passado não representa garantia de resultados futuros e resultados futuros podem não cumprir com as expectativas devido a diversos fatores.

Seu único propósito é dar transparência à gestão executada pela ATIVA Investimentos S.A. Corretora de Títulos, Câmbio e Valores (“ATIVA Investimentos”).

Antes de tomar a decisão de aplicar em qualquer operação, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, tendo em vista suas próprias situações financeiras, seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis e, em particular, avaliar os fatores de risco aos quais o investimento está sujeito.

As decisões de investimento são de responsabilidade total e irrestrita do Investidor. A ATIVA Investimentos não pode ser responsabilizada por prejuízos oriundos de decisões tomadas com base nas informações aqui apresentadas.

Para informações sobre os produtos e serviços oferecidos pela ATIVA, acesse www.ativainvestimentos.com.br, ou www.comoinvestir.com.br ou entre em contato com a nossa Central de Atendimento: 0800 285 0147.

Ouvidoria: 0800 282 9900

ATENDIMENTO

0800 285 0147

OUVIDORIA

0800 282 9900

SITE

www.ativainvestimentos.com.br